

As travestis e as ruas: uma construção de memória, corpos, irmandade e ativismo¹

Dediane Souza²

RESUMO: Aqui, apresento reflexões das experiências vividas, apontamentos teóricos, afetivos e políticos sobre a construção de uma memória coletiva de uma categoria identitária e política: as travestis brasileiras. A centralidade deste artigo é refletir como as travestis, no contexto brasileiro, furaram a bolha de uma memória nacional única para construir memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), uma memória que é coletiva e viva: a partir da tradição oral (HAMPATÉ BÁ, 2020), que é sistematizada pelas mais velhas, pelos relatos da repressão policial, das memórias do ativismo e das construções de resistência. Apontar reflexões a partir da minha experiência de ativista e em conjunto com as memórias, a oralidade e as notícias veiculadas nos cadernos policiais nos maiores veículos de comunicação do país; pensar a rua como um palco de construção de memórias, corpos, irmandade e ativismo. Contar nossas histórias é lançar luz sobre as existências e as resistências empreendidas por travestis no contexto das grandes cidades no Brasil; é rememorar a perseguição policial, a ditadura civil militar, o exercício do trabalho sexual nas ruas e as primeiras organizações políticas e sociais do segmento de travestis. Apresentar reflexões sobre as operações de segurança pública nas grandes metrópoles brasileiras e as estratégias de manutenção da memória travesti na sociedade contemporânea a partir de uma reivindicação da memória viva.

Palavras-chave: memória; travestis; rua; ativismo; corpo;

ABSTRACT: Here, I present reflections on lived experiences, theoretical, affective and political notes on the construction of a collective memory of an identity and political category: Brazilian travestis. The centrality of this article is to reflect how travestis, in the Brazilian context, broke the bubble of a unique national memory to build underground memories (POLLAK, 1989), a memory that is collective and alive: from the oral tradition (HAMPATÉ BÁ, 2020), which is systematized by the older women, by reports of police repression, memories of activism and constructions of resistance. Point out reflections from my experience as an activist and together with the memories, orality and news published in police notebooks in the largest communication vehicles in the country; think of the street as a stage for building memories, bodies, brotherhood and activism. Telling our stories is to shed light on the existence and resistance undertaken by travestis in the context of large cities in Brazil; it is to remember the police persecution, the civil military dictatorship, the exercise of sex work in the streets and the first political and social organizations of the travesti segment. Present reflections on public security operations in large Brazilian metropolises and strategies for maintaining travesti memory in contemporary society based on a claim for living memory.

Keywords: memory; travestis; road; activism; body;

¹ Artigo apresentado como produto para avaliação da disciplina de Memória - ministrada pelo Professor Dr. Luiz Assunção, no semestre de 2023.1, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Dediane Souza é travesti, preta e ativista LGBTI+, Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, Mestre em Antropologia (UFC/UNILAB) e Doutoranda em Antropologia Social - PPGAS/UFRN.

1. É NAS RUAS QUE DISPUTAMOS A EXISTÊNCIA DAS TRAVESTIS: UMA INTRODUÇÃO

“Juro que em cada esquina, tenho medo de virar
Pois da última que virei
Eles tentaram me matar
Disse que não me amava
Não me via na tv
Que eu era muito trava e só queria me bater
Levantou a mão bateu
O ferro logo puxou
Dois tiros foram disparados
Mais uma trava que ele matou
A polícia inocenta quem arranca coração
Travesti não ta segura nem na igreja, nem no busão...”
(Travas Formadas de Bixarte).

Pretendo, no decorrer deste escrito, refletir o lugar da rua como um espaço de produção de resistência para as travestis brasileiras; a rua, no sentido *stricto sensu*, um lugar onde aprendemos a construir corpos, identidades, referências, ativismo e memórias. O meu ponto de partida para a construção deste artigo é o resgate da minha memória de como chegaram as primeiras informações sobre a categoria travesti, os sinônimos de marginalidades, a violência, a prostituição e a rejeição social.

Destaco que é, nas ruas, onde encontro referências de travestilidades, atravessado pelo ativismo e suas manifestações públicas de reivindicação de Direitos Humanos que participei ainda no início do meu ativismo; reconhecer, nas outras pessoas travesti, referenciais para a construção da minha identidade, que é individual e coletiva, na medida em que estamos por disputar a existência da categoria travesti no Brasil.

Antes dos meus primeiros contatos com as travestis em Fortaleza (CE), não me reconhecia como uma sujeita travesti; só a partir dos primeiros contatos, de conversas com as travestis mais velhas, foi que elas passaram a reconhecer, em mim, a possibilidade de ser eu uma travesti. As primeiras vivências com as histórias das travestis foi no ativismo, ampliando para outros espaços, antes mesmo da minha transição de gênero em 2007.

Acabo construindo referências com as lideranças travestis e profissionais do sexo da região central de Fortaleza. Eu já estava inserida no ativismo por Direitos Humanos para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), chegando no Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB)³ para trabalhar em um projeto com jovens LGBT

³ O Grupo de Resistência Asa Branca foi fundado em 1989 em um contexto de discriminação crescente contra os homossexuais. Em 1995, contribuiu para a aprovação da emenda à Lei Orgânica de Fortaleza que garante mecanismos de combate à discriminação. Atuou para a aprovação da Lei municipal 8.211/1998 que pune práticas discriminatórias devido à orientação sexual. Realiza diversos processos de formação política e participa dos processos de construção de programas contra a homofobia.

das periferias de Fortaleza, quando fui para um bar, que ficava localizado na região central de Fortaleza, próximo da sede da organização na época: o “Disney” Lanches; era conhecido pela frequência de michês⁴, travestis e trabalhadoras/es do comércio do centro da cidade; nas proximidades, tinha um complexo de cinemas pornô que era frequentado por diversos sujeitos que também frequentavam aquele estabelecimento.

No caminhar deste escrito, irei retomar os contextos de ativismo, resistência e rua, que foi empreendido pela travestis cearenses e ativistas brasileiras.

Os meus primeiros contatos com Thina Rodrigues e Paula Costa foram anteriores, em 2006, nas reuniões de construção das Paradas pela Diversidade Sexual do Ceará. Reencontrá-las, nas calçadas da Avenida Duque de Caxias (centro de Fortaleza - CE), foi de total importância para hoje entender os lugares de construção de afeto, resistências e de referências; claro não quero relativizar que esse lugar também é um espaço de disputa de poder, pois, nas ruas, existem outras estratégias de manutenção de vida.

Paula e Thina eram clientes cativas dos bares na Duque de Caxias: o bar do zequinha e o velho e tradicional Disney lanches; as duas travestis eram referências no ativismo, no movimento social e se constituíam enquanto lideranças travestis. Paula Costa era presidente da organização não governamental “Flor de Mandacaru”, na cidade de Caucaia (CE) localizada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF); Thina Rodrigues era Presidente da Associação de Travestis do Ceará (ATRAC); na época, as idades das duas, respectivamente, eram em torno de 48 e 50 anos e eu tinha acabado de completar dezoito anos.

Nas esquinas da avenida Duque de Caxias, onde se localiza o bar do zequinha e o bar Disney lanches, tive a oportunidade de conhecer as histórias das travestis Thina Rodrigues, Márcia Ópera, Fabíola Rios, Viviane Venâncio, Paula Costa e de muitas outras que revezavam, entre as idas e vindas, durante a noite da rua Clarindo Queiroz⁵ e da Av. Duque de Caxias; entre uma paquera, uma cerveja e outra, elas apresentavam memórias do carnaval da avenida Duque de Caxias, onde abrigou as arquibancadas do carnaval de Fortaleza até os anos de 1990; as memórias da ditadura civil militar, operações policiais, os *miss gays* da época delas e os seus trânsitos corporais, geográficos e identitários.

As travestis resgataram em suas memórias episódios vividos a fim de construir referências para os padrões de beleza da época, narraram, a partir das suas vivências, as construções de imaginários que foram produzidas por elas e que cruzavam umas às outras, no

⁴ michês - homens que realiza trabalho sexual é uma categoria muito conhecido das travestis.

⁵ A rua Gel. Clarindo de Queiroz, no centro de Fortaleza, é uma rua onde é ocupada por travestis para o exercício do trabalho sexual; a rua é paralela à Avenida Duque de Caxias.

exercício de uma produção coletiva de uma identidade nomeada travesti. Apresentavam seus corpos e contavam como foram produzidos: quem foi a bombadeira que esculpiu o quadril? Quem foi o cirurgião plástico que realizou o implante de próteses mamárias? Quais hormônios tinha que tomar? Os cuidados com as “mariconas”⁶, as questões ligadas às Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e Aids, bem como contavam suas peripécias no Centro de Fortaleza em outro tempo e de diversas formas, assim como os monumentos da cidade, estão ligadas às suas construções de pertencimentos da cidade, tendo em vista que, muitas delas, assim como eu, realizaram o êxodo, em busca de outras possibilidades de existências, sendo que, em sua maioria, fugiram da moral e da vergonha dos seus/nossos familiares.

Logo abaixo, apresento uma fotografia da "Jô das calcinhas": uma personalidade da Rua Clarindo Queiroz⁴ que tive a oportunidade de fotografar, em 2012, para uma disciplina de Fotojornalismo, na Graduação em Comunicação Social.

Figura 01: “Jô das Calcinhas” na Rua Clarindo de Queiroz em Fortaleza-CE.



Fonte: Acervo da autora.

Na imagem, é possível perceber que Jô estava posando com muita satisfação para contribuir com o meu trabalho; em um dado momento, ela lança a seguinte sentença: “Mona,

⁶ “Mariconas” é uma categoria criada pelas travestis para se referir aos homens de mais idades que pagam programa para as travestis.

porque a senhora está fazendo esse trabalho sobre travesti?” Imediatamente, respondi: “o meu papel na universidade é desconstruir os imaginários sociais que a sociedade tem de nós”.

Aqui, depois de dez anos, Jô é uma sujeita travesti que passa a dar corpo e vida à minha pesquisa no exercício de teorizar e refletir sobre memórias subalternas. O que sempre chamou a minha atenção das travestis foi a forma que elas enfrentavam as ruas, como já apresentado por (KULICK, 2008) em sua etnografia com as travestis de Salvador (BA).

As tramas, as intrigas e também a solidariedade entre as travestis é algo visível: uma mistura de sentimentos e emoções que fazem parte desse modo de construir identidades. Os conceitos ocidentais sobre comportamentos não são suficientes para compreender o universo em torno das travestilidades; creio que ainda existam muitos mistérios sobre a nossa identidade que não foram desvendados ainda, visto que é algo fundamental para a manutenção da identidade que é corporal, identitária e política.

Em uma pesquisa realizada na *internet*, a fim de entender um pouco mais sobre os contextos dos arquivos e dos acervos sobre as travestilidades no Brasil, encontro uma *live*, no canal *bajubá*⁷, com a ativista argentina María Belém que apresenta a seguinte frase: "toda vida que morre uma companheira travesti é a mesma coisa de tocar fogo em uma biblioteca". A intelectual argentina está se referindo ao contexto de uma memória que é apagada, pois as travestis são as detentoras de suas narrativas, dos eventos que as marcaram e dos seus acervos pessoais que são tratados, em muitas das situações, como algo sem importância para os seus familiares.

Assim como as travestis interlocutoras de Don Kulick, em 1996, as travestis de Fortaleza guardam semelhanças, mas também são únicas, por conta dos eventos políticos e sociais que pertencem à geopolítica do Estado do Ceará e suas construções individuais.

A relação de rivalidade e irmandade que é produzida e alimentada cotidianamente com suas vivências no espaço das calçadas escuras de ruas movimentadas das grandes cidades, no exercício do trabalho sexual e/ou na construção de estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, é importante as reflexões de Luiz Rufino, em “Pedagogia das Encruzilhadas”, em que ele apresenta a rua como o lugar de quem nasce, se cria e morre; as reflexões do autor me conduzem a refletir os lugares das travestilidades como já apontado anteriormente.

⁷ O **Acervo Bajubá** é um projeto comunitário de registro de memórias das comunidades LGBTQ+ brasileiras. Além de reunir uma coleção de itens que registram a diversidade sexual e a pluralidade de expressões e identidades de gênero no Brasil, o Bajubá colabora com exposições, capacitações e projetos de produção, mediação e circulação de narrativas sobre as histórias de pessoas LGBTQ+. Desenvolvendo ações de mediação e oficinas de ativação do acervo, o grupo de pessoas educadoras e pesquisadoras que se articula a partir do Acervo Bajubá contribui na manutenção do projeto, restauro de materiais e continuidade das pesquisas. disponível em <https://acervobajuba.com.br/sobre/> acessado em 24 de agosto de 2023.

Eis as ruas, suas esquinas e encruzilhadas: por lá inventam-se os cotidianos. Em cada rua, em suas curvas e dobras, acende-se as velas e vela-se as vidas, rega-se o chão e os corpos como marafô. A rua nada mais é do que se passa por ela, sujeitos comuns e suas práticas. A rua é de quem nasce, se cria e morre nelas, digamos também que é daqueles que a fazem de lugar de passagem, rito de invenção do mundo. A rua é das mulheres e homens comuns, suas histórias e sapiências, modos de vida significados nas frestas e na escassez. Eis a rua seus zeladores, os tipos que nascem, se criam e morrem por lá, eis os que a fazem como lugar de passagem, eis os sujeitos que a praticam, eis os pobres que por ali se encantam, eis o *povo da rua*. (RUFINO, 1987. p. 108).

Eis as travestis das ruas, onde resignificam as suas existências em busca de algo, que, muitas das vezes, é negada no campo do privado; aqui, entendo a rua no sentido de construção de identidades e significados que estão incorporados no modo de tecer relações afetivas, políticas e sociais, como se apresenta acima. A rua também como lugar de produção de saber, de significados, corpos e afetos, sem deixar de esquecer que, na rua, também tem suas normas, e é nesse local que as violências cotidianas contra nossos corpos acontecem.

Importante dar destaque a esse ponto visto que, mesmo que esses corpos não estejam falando e ou apresentando um conjunto de reivindicações, eles estão indiretamente ligados a um processo de denúncia, dos contextos necropolíticos que vivem, como aponta o intelectual camaronês Achille Mbembe (2018), em “Necropolítica”.

Judith Butler (2019) apresenta reflexões sobre os sujeitos dissidentes, tal como seguem os seus argumentos: "Desse modo, a precariedade está, talvez de maneira óbvia, diretamente ligada às normas de gênero, uma vez que sabemos que aqueles que não vivem seu gênero de modos inteligíveis estão expostos a um risco mais elevado de assédio, patologização e violência" (p. 41).

A fim de articular uma ideia de construção de memória a partir das práticas corporais das travestis, em contexto de ditadura civil militar no Brasil, invoco as contribuições de Connerton (1999), em “Práticas Corporais”:

Todos nós preservamos versões do passado, representando-o para próprios em palavras e imagens. As cerimônias comemorativas são disso um bom exemplo, mantêm o passado vivo através de uma representações do passado, do seu regresso sob uma forma representacional que inclui normalmente um simulacro da cena ou da situação recapturada (CONNERTON, 1999. p. 83).

Compartilho agora uma imagem da I Parada pela Diversidade Sexual do Ceará, que foi realizada no ano de 1999 após o Encontro Nacional de Travestis e Liberados na Luta contra Aids (ENTLAIDS), na avenida Beira Mar, em Fortaleza: o cartão postal da cidade; na foto, é possível perceber os corpos das travestis abrindo a manifestação, mudando a paisagem do local público, disputando a existência e reivindicando vida. Hoje, a Parada pela Diversidade Sexual do Ceará é o maior evento de massa organizado pela sociedade civil

nesse estado, com um público estimado de um milhão de pessoas, sendo que, em 2023, foi realizada a sua XXII edição.

Importante refletir que os nossos corpos são os mais visíveis às violências cotidianas, tal como apresentei em minha Dissertação de Mestrado intitulada: "Dando o nome" Eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-Ce, a partir de recorte do jornal O Povo em 2022⁸.

Figura 02: Abertura da I Parada pela Diversidade Sexual do Ceará.



Fonte: Acervo do Grupo de Resistência Asa Branca - GRAB.

Na imagem, é possível perceber as travestis tomando as ruas para manifestar o direito de existir; aqui, é importante ver que a rua também é palco para as manifestações massivas pelo direito à vida.

2. AS TRAVESTIS ESTÃO NAS ENCRUZILHADAS: DENUNCIANDO, VIVENDO E MORRENDO

“De noite pelas calçadas
Andando de esquina em esquina
Não é homem nem mulher
É uma trava feminina
Parou entre uns edifícios, mostrou todos os seus
orifícios
Ela é diva da sarjeta, o seu corpo é uma ocupação

⁸ Dissertação apresentada no programa associado de pós-graduação em antropologia da Universidade Federal do Ceará e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

É favela, garagem, esgoto e pro seu desgosto
Está sempre em desconstrução
trecho da música, mulher, mulher”.
(Mulher de Linn da Quebrada).

Aqui, a encruzilhada está combinada diretamente com uma noção de construção de caminhos e saberes, como apontado por Rufino (1987), em *Pedagogia das Encruzilhadas*, e articulada com o pensamento de Maria Clara Araújo (2022), em *Pedagogia das Travestilidades*, os quais apresentam reflexões para pensar as encruzilhadas como um local de produção de saber, da manutenção de uma cultura viva e da construção de referências e de lutas.

A centralidade das reflexões e aproximações são os resgates históricos da organização política das travestis e suas estratégias de resistência frente a um contexto de negação de uma memória das travestilidades que é dissolvida no tempo. Importante ressaltar aqui os alarmantes números de assassinatos de travestis no Brasil, em especial das travestis negras, que são em vias públicas, como apresentei em outros escritos, visto que é, nas ruas, que, muitas de nós, desabrochamos e é, nas ruas, que somos tombadas.

Pensar a encruzilhada como um lugar ancestral, como caminhos para a construção de outras narrativas, como o de educação não formal, local de construção de saber, de fabricar corpos, de resistências. A rua é o local onde as travestis mais velhas sobreviveram aos contextos de violência policial, violência urbana, a travestifobia, a epidemia de Aids, ao uso do silicone indutrial, a exploração do trabalho sexual e a pandemia do COVID 19, assim como também é o espaço em que se passa a construir referências nas mais novas e nas que estão por nascer, no exercício cotidiano de uma construção individual e coletiva.

Como ferramenta analítica e reflexiva, uso a interseccionalidade a partir do pensamento de Collins (2021) como método analítico desse escrito. Metodologicamente, trabalho com as experiências vivenciadas em contexto da comunidade travesti; como ferramenta ilustrativa e analítica, uso de fragmentos das notícias produzidas nos veículos de comunicação sobre as operações policiais que contribuíram para a construção do estigma e da discriminação da categoria travesti como as "perigosas".

Ressalte-se as contribuições de Michael Pollak (1989), em “Memória, Esquecimento e Silêncio”, no sentido de distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas qual seja a de saída por reconhecer a que ponto o presente colore o passado.

Importante fazer um contratempo com as contradições de pensar memória e história, fazendo um tensionamento entre o que entendemos como uma memória nacional, única e que é fortalecida a partir dos conflitos nacionais que marcam o tempo de uma nação.

Nas contribuições de Pollak (1989), em articulação com o pensamento durkheimiano e Halbwachs, os autores acentuam as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza é "comunidade afetiva"; completa o raciocínio "a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva".

As contribuições de Veras (2019) são úteis para pensar o dispositivo do estigma como estratégia formativa de construção de normativa de poder, complementa o autor: "Esta rede heterogênea de discursos e práticas atualizou (e continua atualizando), em torno das experiências travestis, antigas associações entre homossexualidade-patologia e travesti-disfarce-criminalidade, existentes desde o início do século XX, que ganharam, por meio dos meios de comunicação, novos lugares e enunciação". (p.146).

Gostaria aqui de demarcar o meu lugar enquanto uma pesquisadora travesti, então, a escrita aqui não está distanciada do meu corpo, da minha identidade e de práticas como uma ativista e intelectual; a minha escrita é posicionada e as reflexões em tela são individuais e coletivas: individuais no sentido de ser eu uma travesti, e coletiva na medida dos encontros das travestilidades, nas encruzilhadas dos saberes não formais, nas semelhanças e nas aproximações das memórias que também são individuais e coletivas, como um grande encontro nas encruzilhadas.

Tencionar as estruturas sociais para pensar uma memória travesti, em tempos de esquecimento, é também marcar posição de uma identidade política, que não é sustentada em uma categoria mais ampla e, sim, uma defesa de uma categoria êmica e ética, visto que a existência de uma comunidade travesti no Brasil é interesse de estudo, já apontados em outros escritos, como aponto abaixo:

No meu olhar, reivindicar a identidade travesti é uma questão política. Eu não reivindico uma identidade guarda-chuva como a de pessoas trans, mas me coloco na posição de autodefinição como sujeita travesti. Penso que a categoria trans não me cabe, assim como a categoria de mulher, como foi produzido anteriormente por intelectuais cisgêneras sobre as experiências de travestis. Antes, eu acredito que as travestis são, sobretudo, categorias identitárias e corporais únicas; tipicamente brasileiras e construídas à margem da sociedade. Assim, a partir das minhas experiências, que ressonam com outras afins, penso a travestilidade enquanto um terceiro gênero (SOUZA, 2022. p. 26).

Aqui quero dar importância à centralidade das reflexões teóricas em tela e às contribuições de Butler (2019), em "Corpos em alianças e a política das ruas"; destaco o

pensamento da intelectual para pensar o lugar das assembleias públicas como um espaço de reivindicação da vida.

Podemos encarar essas manifestações de massa como uma rejeição coletiva da precariedade induzida social e economicamente. Mais do que isso, entretanto, o que vemos quando os corpos se reúnem em assembleia nas ruas, praças ou em outros locais públicos é o exercício - que se pode chamar de performativo - do direito de aparecer, uma demanda corporal por um conjunto de vidas mais visíveis (BUTLER, 2019. p. 31).

Pensar que os corpos das travestis, reunidos em contexto de rua, estão, de alguma forma, denunciando os contextos de ausência de oportunidade, aparecendo como corpos visíveis como se fosse as suas passarelas, em que existe um grande misto entre a vida e a morte. Ao reivindicar um direito de ocupar o espaço público para o exercício da existência travesti, por meio do trabalho sexual e de construção de referências, essas sujeitas estão por vivenciar as violências do cotidiano, que o espaço da rua proporciona para os corpos tidos como dissidentes.

A partir das reflexões apontadas acima, gostaria de abordar as questões de organização política das travestis no contexto brasileiro, em que as primeiras instituições políticas e sociais são criadas por lideranças travestis e geridas por elas; a centralidade da luta política do seguimento é o combate à violência policial e o reconhecimento do nome social. A fundação das organizações é datada do início dos anos 1990, contudo, seus corpos e identidades são visíveis anteriormente ao surgimento dessas articulações políticas. Seus corpos e seus nomes estampam os cadernos policiais como perturbadoras da ordem e/ou estigmatizadas a partir da fantasia carnavalesca. As contribuições da intelectual travesti Helena Vieira são de total importância para lançar o seguinte questionamento: onde estavam as travestis na ditadura civil militar⁹, tendo em vista que a categoria travesti, como entendemos na contemporaneidade, é datada dos anos 1990?

Vieira (2023), ao refletir sobre o seu incômodo ao analisar um relatório da Comissão Nacional da Verdade de São Paulo sobre o tema repressão à homossexualidade e a ditadura militar brasileira, convida-nos a pensar o uso da categoria "homossexualidades" como uma categoria guarda chuva para incorporar todas as dissidências sexuais.

Quando do lançamento desse relatório, o uso do termo "homossexualidades" me inquietou, a despeito de haver ao longo do texto referências específicas a diferentes fonemas de dissidência sexo-gênero. O incômodo que senti estava além da confusão

⁹ A Ditadura Civil Militar no Brasil e ou o regime autoritário que teve início com o golpe militar de 1964. O regime militar durou 21 anos (1964-1985), estabeleceu a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime.

gramatical entre plural e hiperônimo, duas categorias linguísticas distintas, que o uso desse plural pareceu operar. Afinal, ao indicar que o termo, apenas por estar no plural, poderia dar conta de todas as formas de orientação sexual e identidade de gênero, o que se pretendeu foi a criação de um "ultra-hiperônimo" capaz de reunir as abissalmente diferentes experiências sob um mesmo termo... (VIEIRA, 2023. p. 169)

Pensar a rua como um espaço de reivindicação do direito à vida e em defesa de uma sociedade do respeito, é algo marcado pelas experiências travestis no contexto brasileiro, como estratégias performativas de reivindicação da existência. Ao buscar uma sobrevivência, seja por referências, por construção de resistências e/ou corporais. Essas sujeitas ganham a visibilidade nos cadernos policiais, como causadoras de desordem de uma norma social estabelecida.

Importante destacar que trabalharei com as notícias jornalísticas produzidas e veiculadas sobre os conflitos policiais envolvendo a categoria travesti e os operadores de segurança pública.

Usando como referência a pesquisa de Veras (2019), em “Travestis: carne, tinta e papel”, em que o autor analisa três notícias de jornais no Ceará as quais apresentam as travestis no processo de construção e de manutenção de estigma travestis-perigosas; a primeira notícia é encontrada no jornal O Povo, em 28 de Janeiro 1984, plantão policial, p.13 (a matéria vem seguida de uma fotografia de duas travestis pousadas sobre a legenda: As duas "Valerias" movimentaram bastante a delegacia de furtos); já na segunda imagem, a fotografia da travesti Rogéria é acompanhada da seguinte legenda: Luciano Nascimento, Travesti, a notícia é datada de 1984, no Diário do Nordeste; a terceira imagem é de Patrícia, uma travesti negra que tem sua imagem veiculada com a seguinte legenda: travesti é preso na tentativa de fugir, a saia atrapalha, Diário do Nordeste, 19 de abril de 1985, na legenda da foto está a seguinte legenda: Francisco Modesto e em aspa "Patricia".

Ressalte-se que, a partir da descrição acima, é notável a construção de uma imagem estigmatizada das travestis a partir das notícias políticas; Veras (2019, p. 154) destaca que: “Assim como as notícias, as fotografias de travestis que ilustravam as matérias publicadas nas folhas de Fortaleza construíram as tecnologias de saber-poder do dispositivo do estigma travesti e engendraram sentido às experiências trans”; o ato de dar nome já foi tratado por mim em outros momentos.

É importante dar saliência que as fotografias, acompanhadas de nome de registro, que é usado pela mídia Cearense a fim de dar destaque a um possível disfarce e ou apropriação, como argumenta o autor: "O reforço da ambiguidade e a ambiguidade pensada como disfarce

como fins criminosos presente nas notícias compuseram o retrato das travestis" (VERAS, 2019, p. 154).

A fim de contribuir para uma ampliação das análises, aqui apresento fragmentos das notícias publicadas e veiculadas a partir da operação tarântula e a perseguição policial às travestis em São Paulo, nos anos de 1987; para ser mais precisa, a data é 27 de fevereiro: foi iniciada uma operação policial na capital paulista que tinha como objetivo eliminar das ruas as ameaças à família tradicional brasileira e higienizar a cidade de tudo aquilo que a tornava "suja". Ela foi batizada de Operação Tarântula. A Tarântula não foi a única operação com o mesmo propósito.

Figura 03: encerramento do XV ENTLAIS - Encontro Nacional de travestis e liberados na luta contra AIDS em Salvador-BA em 2008.



Fonte: acervo pessoal da autora.

Na imagem, é possível perceber dezenas de travestis ativistas de diversas localidades do país, reunidas na intenção de debater cidadania, como é apresentado no banner ao fundo: abrindo horizontes para a cidadania; assim, faz-se necessário demarcar que esse foi o meu primeiro evento nacional de travestis que participei já no processo de transição. Aproveito, em seguida, para retomar pontos que deixei em aberto no início do texto, para então desenvolvê-los.

Thina Rodrigues e Paula Costa me apresentaram a possibilidade de ser eu uma travesti; iniciei os meus trânsitos corporais e identitários já no ativismo; o primeiro exercício

foi de nomear: Thina desempenhou papel fundamental ao me ajudar a me nomear; e o segundo foi os trânsitos corporais, que foi apreendido com as mais velhas, em um tempo em que era escasso o acesso à terapia hormonal, ou seja, foi no convívio do cotidiano com as minhas mais velhas que fui construindo as minhas referências de fabricar meu corpo e a minha travestilidade.

As memórias construídas sobre a travestilidade no contexto brasileiro, com a intenção de resgatar a história da organização política e social das primeiras organizações de defesa dos direitos das travestis no Brasil, em um contexto histórico e político datado do início dos anos 1990, permite-nos retomar o “bajubá” como uma língua própria de resistência das travestis, usada no contexto de rua para alertar dos perigos que a elas se apresentam. O bajubá, a língua secreta das travestis, torna-se popular no contexto contemporâneo, perdendo o seu sentido central, uma comunicação secreta de fuga das travestis nas batidas policiais.

Destaco a obra da pioneira do movimento de travestis e transexuais no Brasil, a intelectual Jovanna Cardoso, que tem como título: Bajubá Odara. A obra apresenta a história do movimento social organizado de travestis e transexuais, bem como as resistências empreendidas pelas ativistas nos anos 1990, ainda no século passado.

O Diálogo de Bonecas foi o primeiro Dicionário de Bajubá das Travestis idealizado, impresso e lançado no Brasil no ano de 1992, no mesmo ano em que nasceu a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL); sendo essa a primeira associação exclusivamente de Travestis do Brasil e do mundo.

O ativismo de travestis e transexuais, no contexto brasileiro, é fundamental para a reivindicação de uma memória que nos caiba, uma memória que repare os contextos de desigualdades que enfrentamos cotidianamente, em uma disputa constante de construção de referências de heroínas e de políticas de reconhecimento da existência de uma memória travesti.

Na fotografia abaixo, é possível perceber que, em 2010, um grupo de lideranças travestis e transexuais ocupava o Congresso Nacional em comitiva; era a primeira vez que a Associação Nacional de Travestis (ANTRA) realizava uma ação estruturada como essa para incidir politicamente junto ao parlamento brasileiro, uma ação de *advocacy*¹⁰. Para além do Congresso Nacional, a organização reuniu-se com diversos Ministérios e Secretarias, a fim de debater políticas de Direitos Humanos para travestis e transexuais no contexto Brasileiro, a

¹⁰ O Advocacy é uma prática política realizada por redes nacionais de defesa dos direitos LGBT, no interior das instituições do sistema político, com a finalidade de influenciar a alocação de recursos e a formulação de políticas públicas destinadas à promoção dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras, transexuais e ao enfrentamento da LGBTfobia.

ação foi denominada de primeira jornada de travestis e transexuais em Brasília (DF). Na foto, é possível perceber as lideranças reunidas com a senadora Fátima Cleide, que era relatora de iniciativas para a criminalização da homofobia.

Figura 04: Lideranças travestis reunidas com a Senadora Fátima Cleide no Congresso Nacional em 2010.



Fonte: Acervo pessoal da autora.

Aqui, é possível perceber que cada dia que passa estamos por perder as nossas referências de luta e ativismo. Rememorar suas trajetórias é urgente a fim de construir referências. É um compromisso político contar os seus feitos e as contribuições em uma luta coletiva, a manutenção da categoria travesti. Na foto acima, temos o registro de Fernanda Benvenutty (1962 a 2020) uma importante ativista paraibana, Weluma Browh, a Chacrete, e Sadessa Vieira.

Weluma Brown, a chacrete travesti e preta que estreou na televisão brasileira, junto com uma dezena de mulheres, em horário nobre, em um dos programas de maior audiência da história, foi reconhecida no meio artístico, através do canto e da dança, marcando a trajetória da televisão no Brasil. Pois, mesmo durante os anos de repressão da Ditadura Militar (1964 a 1985), ela foi uma das chacretes do famoso programa “A Buzina do Chacrinha”. Weluma Brown deixou as irmãs do movimento nacional de travestis em 2013.

As contribuições dessas lideranças com o ativismo e na elaboração de narrativas de resistência, junto e com o movimento social organizado de travestis e transexuais, foram de total importância para perceber que existem outras sujeitas, como Thina Rodrigues, Janaína Lima e Weluma Brown, que fizeram trânsitos geográficos, corporais e políticos.

As reflexões apresentadas aqui são memórias que resgato das minhas vivências, a partir da minha convivência com essas pessoas no movimento, nos Encontros Nacionais de Travestis e Liberados na Luta Contra Aids – ENTLAIDS, realizados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, nos *Workshops* da Rede Trans Brasil, da minha vivência de irmandade cotidiana com Janaína Lima e com Thina Rodrigues. Pretendo aprofundar esse debate aqui ventilado em minha pesquisa de Tese de Doutorado, assim, acredito que seja fundamental resgatar as categorias de parentescos, memórias, saúde, envelhecimento e corpo para pensar as travestilidades no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas, notas para uma teoria performativa de assembleia**. 3ª ed. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2019.

CONNERTON, Paul. **Como as Sociedades recordam**. Oeiras (Pt): ed. Celta, 1999.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). **História geral da África**, Volume I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo. Diário de uma favelada**. São Paulo : Ática, 2014.

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. 2ª reimpresão, editora Fio Cruz. Rio de Janeiro. 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**, editora n-1 edições, São Paulo. 2018.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: A problemática dos lugares**. Proj. História, São Paulo, (10). dez. 1993.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. **Pedagogia das travestilidades**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2022.

POLLAK, M. Memória e identidade social, in: **Estudos Históricos** 10, Ed. FGV, RJ, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio, in: **Estudos Históricos** 3, RJ, ed. Vértice, 1998.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das Encruzilhadas**. Ed. Mórula editora, RJ, 1987.

SOUZA, Dediane. "**Dando o nome**": Eu e Dandara na construção de Narrativas de Humanidades de Travestis em Fortaleza-Ce a partir de um recorte do jornal O Povo. (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira, Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia. Fortaleza-CE, 2022.

VERAS, Elias Ferreira. **Travestis: carne, tinta e papel**. 2ª Edição. Editora Appris. Curitiba, 2019.

VIEIRA, Helena. "Jango Jezebel", fazendo histórias: onde estavam as travestis na ditadura civil militar no Brasil. In. VERAS, E.; PEDRO, J.; SCHMIDT, B. (org). **(Re)existências LGBTQIA+ e feminismo na ditadura civil-militar e na redemocratização do Brasil**. Maceió: Edufal, 2023.